

BLETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • **EDIÇÃO ESPECIAL** • maio de 2014



XVII Marcha reuniu mais de 5 mil gestores em Brasília



Nesta edição:

- Prefeitos foram recebidos na rampa do Congresso Nacional
- Pré-candidatos à presidência assumem compromissos
- Presidente Dilma recebe lideranças municipalistas

Abertura

XVII Marcha reúne mais de

Milhares de agentes municipais participaram da abertura da *XVII da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* na manhã do dia 13 de maio. O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, que liderava o evento, discursou emocionado, após palavras de representantes do movimento em nível estadual e do poder público. Durante seu discurso, Ziulkoski se lembrou do começo das Marchas e do crescimento do movimento municipalista. Mas voltou a constar: “nós vivemos um conflito, a Federação brasileira não está resolvida. Fala-se muito de pacto federativo, e o que é esse pacto? Há um conflito que vem se aguçando cada vez mais”.

Segundo o presidente da CNM, a centralização inicial da formação do país perdura até hoje. “Nos últimos cinco anos, quando começou a crise, o Fundo de Participação [FPM] vem caindo. “Um dado estarrecedor. De 2008 pra cá, só de renúncia – uma das formas que o governo adotou –, nós perdemos R\$ 77 bilhões. Conforme Ziulkoski, os dados são de um estudo feito pela Receita Federal do Brasil (RFB) e do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), a partir dos dados.

O presidente da CNM calcula que as desonerações representam um ano de arrecadação das prefeituras, por meio do Fundo dos Municípios. “Isso porque a União faz favor com chapéu alheio. Ela deveria renunciar sua parte, ela deveria respei-

tar a Federação. E eu chamo a atenção do Congresso Nacional que autorizou o Executivo a agir dessa forma”, lamentou. Ele completou: “nos tiraram, nos roubaram para fazer ajuste fiscal e cadê o ajuste social? Não estamos pedindo favor, esses recursos vão para a Saúde e para a Educação do povo brasileiro”.

“Todo o nosso problema é o seguinte: toda renúncia fiscal e o subfinanciamento dos programas”, resumiu. “Se não houver uma mudança do governo federal, nas próximas Marchas, viremos entregar esses programas”, falou o líder municipalista. O auditório lotado aplaudiu o presidente, e ele concluiu: “nós vamos fazer a moralidade do pacto federativo. Se o fim da renúncia fiscal e o subfinanciamento dos programas não atenderem à reivindicação, o caminho será vir a Brasília devolver os programas”.

Além das perdas registradas no FPM por conta das desonerações concedidas como medida de incentivo fiscal, principalmente as do Imposto Sobre Produtos Industrializados e Imposto de Renda (IR), o representante municipalista nacional ponderou como conquista o compromisso de votação do aumento em 2% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), por parte do Congresso Nacional antes das eleições, e dos *royalties* pelo Supremo Tribunal Federal (STF), uma conquista municipalista.

O presidente da CNM aproveitou a oportunidade para destacar a postura do Congresso em relação ao texto aprovado do piso salarial dos agentes co-

munitários de saúde. O líder reconheceu como positiva a iniciativa de a Câmara dos Deputados de ter acrescentado ao texto a responsabilidade da União com o pagamento do benefício. Mas voltou a criticar o financiamento dos programas federais executados pelas prefeituras e lamentou o fato de diversas políticas, criadas por meio de resoluções e decretos, nunca terem tido reajuste no valor repassado.

Uma explicação detalhada da tramitação de proposta que aumenta o percentual de repasse do FPM no Congresso foi feita pelo presidente. O líder municipalista alertou: apesar de não resolver o problema, pelo menos ameniza a crise dos Municípios. “A Câmara instalou a comissão especial, mas eles querem juntar outra proposta aos 2% – que mexem com o ICMS [Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias]. Mas nosso interesse é só dos 2%, porque quando começa a juntar coisa não acontece nada”, esclareceu Ziulkoski.

Segundo ele, a reivindicação dos Municípios é para que o repasse seja feito em duas parcelas, mas o último relatório apresentado no Senado prevê o repasse em quatro parcelas. “Se for aprovado, adianta muito. Votando esse relatório e aprovado, nós teremos condições de colocar em votação nas cinco sessões seguintes e pode ser votado no Plenário”, explicou. O líder pediu o envolvimento dos prefeitos para que pressionem seus senadores para aprovação.

Representante dos vereadores ressalta importância da Marcha

“Estamos aqui participando de um dos movimentos mais importantes do nosso Brasil”. A declaração foi feita pelo coordenador do grupo de vereadores da CNM, Tuta Rebelato. Ele destacou a importância do evento, que conta com uma crescente participação de vereadores de todo o país. “Estamos aqui representando o povo da rua, que ficou nos nossos Municípios”. Ao finalizar o discurso, Tuta ressaltou que foram muitas as vitórias, mas há um caminho a ser seguido. “Quero dar parabéns pela luta e destacar que ela continua”.



5 mil gestores em Brasília



Ag. Lar/CNM

Pelo Centro-Oeste, presidente da AMM-MT lamenta desatenção da União

Em nome do Centro-Oeste, o presidente da Associação Mato-grossense de Municípios (AMM), Valdeci Colle, expôs as agruras municipais que tornam a gestão local cada vez mais difícil. “Temos de fazer um movimento pacífico,

mas se isso não resolver, vamos às ruas como os outros movimentos, porque a vontade é de entregar as chaves das prefeituras e desistir de tudo. Como o pacto federativo está, não dá. Sabemos dos avanços, mas estamos recebendo quase a mesma coisa de recursos do que há alguns anos atrás, além de mais responsabilidades. É hora de dizermos a verdade. Vocês, deputados e senadores, precisam de nós, pois somos os agentes políticos nos Municípios.”

Representante de Pernambuco diz que não existe política pública sem a participação dos Municípios

O presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Coimbra Patriota Filho, reafirmou que a crise não está somente no Brasil, mas principalmente nos Municípios. O país não pode se desenvolver sem fortalecer as prefeituras. “O prefeito é a autoridade mais cobrada, porque ele administra o local onde explode a bomba; não existe política pública sem a participação dos Municípios”. Os prefeitos estão cansados de tantas obrigações sem as condições de fazer nada. Segundo o palestrante, é necessário um apelo ao Congresso para que, quando for aprovado um piso salarial, também digam de onde o recurso financeiro irá sair.



Ag. Lar/CNM

Presidente da AMM-MG lamenta descaso do governo federal com os Municípios

Em um discurso aplaudido pelos gestores, o presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Antônio Andrade, destacou o papel dos gestores municipais para o desenvolvimento do país e criticou a falta de representantes do governo federal no evento. Ele ressaltou o descaso do governo federal em relação aos problemas que afetam não só os gestores municipais, mas principalmente o povo. “Queremos falar e queremos ser ouvidos. Não é possível tratar os prefeitos e as demandas dos Municípios dessa maneira. Não podemos ficar calados. Vamos dizer que somos prefeitos, eleitos para governar e não para mendigar.”



Ag. Lar/CNM

Representante da Famep pede um pacto federativo mais justo

Um pacto federativo mais justo e atenção especial para os Municípios do Norte do país foram pedidos pelo representante da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep), Elias Santiago. “Estamos aqui para conquistar mais espaço para os Municípios e tornar o pacto federativo mais justo”, disse no início de seu discurso na cerimônia. Santiago aproveitou a oportunidade para destacar as peculiaridades da região. “Quero falar das grandes distâncias e das enchentes que sofrem os Municípios de Rondônia”, disse.



Ag. Lar/CNM

Governo manda representante à Marcha

Subchefe de Assuntos Federativos da Presidência da República, Gilmar Dominicci, usou seu discurso para justificar a ausência dos representantes do governo federal no maior evento municipalista da América Latina. Segundo Dominicci, o governo sempre esteve aberto ao diálogo, já que até criou o Comitê de Articulação Federativa, proposta do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. “Nós entendemos que os Municípios estão em crise, assim como o país e o mundo. Independentemente disso, o governo está aberto para discutir sempre”, declarou o palestrante.



Ag. Lar/CNM

Só vontade política pode mudar o quadro de falência dos Municípios, diz presidente da Fecam

Em participação na abertura oficial do evento, o presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Hugo Lembeck, disse que a situação de falência dos Municípios só pode ser resolvida se houver vontade política. “Os Municípios estão à beira da falência, e não é uma luta de pouco tempo. Só a vontade política que vai fazer mudar isso”, disse. Ele também destacou que de um lado estão os Municípios com grande demanda de trabalho, com a responsabilidade pelos programas federais, e do outro lado a concentração do poder e dos recursos. “Vamos distribuir as responsabilidades, mas também distribuir os recursos, para que tenhamos garantias para que possamos executar as políticas públicas”, reivindicou.



Ag. Lar/CNM

“Os Municípios são paupérrimos e abandonados”, diz presidente da Câmara

Em discurso na abertura da *XVII Marcha*, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), disse conhecer o atual cenário de crise. “Os Municípios não são mais o primo pobre da Federação. São o primo paupérrimo e abandonado da nação brasileira. Não há na escala política representantes mais sofridos do que os vereadores e os prefeitos. As prefeituras estão falidas, quebradas e desmotivadas. Prefeitos não são intermediários. Prefeitos foram eleitos, são líderes, devem ter autonomia e ter o poder orçamentário.”



Ag. Lar/CNM

Ana Amélia destaca a importância do movimento municipalista

Representando o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a senadora Ana Amélia (PP-RS) destacou o papel da CNM, na figura do presidente Paulo Ziulkoski, na luta por melhorias para os Municípios. “É o líder municipalista com maior expressividade deste país”, disse. Ela ressaltou as dificuldades enfrentadas pelos gestores municipais. “Não é fácil ser prefeito e administrar o Município em uma situação de absoluta fragilidade da Federação brasileira, cuja crise fundamental está justamente na base dessa Federação, que é o Município. Porque a corda sempre arrebenta no mais fraco”, disse.



Ag. Lar/CNM

Conjuntura Eleitoral

PRÉ-CANDIDATOS

à presidência da República foram sabatinados pelos participantes da Marcha

VEJA OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS DIANTE DAS LIDERANÇAS MUNICIPAIS

O senador Randolfe Rodrigues (Psol/AP) foi o primeiro a participar do evento dos presidenciáveis promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) na XVII *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.

O senador inicialmente afirmou que a primeira providência que ele tomaria seria de não desprezar os Municípios, que quando convidado estaria presente nos eventos. Segundo ele, é inaceitável a ausência da presidente da República e mostra claramente como estão sendo tratados os Municípios ao longo destes últimos anos.

Autonomia e desonerações

O candidato explicou que a política de desoneração de impostos não trouxe nada de concreto para os Municípios, a não ser entupir as cidades de carros. “Falta coragem política do governo federal. Eles não querem penalizar os bancos, e sim penalizar os Municípios pobres”, afirmou Randolfe.

Sobre os programas federais, ele é a favor de mais apoio da União, para que ela não sirva apenas para criar projetos e cobrar dos Municípios. O senador afirma que é necessário criar uma contrapartida financeira nesses casos.

Pisos e saúde

Os pisos aprovados pelo Congresso estão provocando uma crise financeira nos Municípios sem equivalente. “As leis são conquistas do povo brasileiro; o problema é jogar nas costas dos Municípios como se a União não tivesse responsabilidade com a educação básica”, disse o senador, mostran-



do sua indignação.

O Plano Nacional da Educação (PNE), que será votado pelo Congresso Nacional, prevê que o salário dos professores seja equiparado com o salário de outros níveis superiores. O problema, segundo o parlamentar, é a origem do recurso, que obviamente sairá dos Municípios. “O Brasil tem de encontrar novas formas de financiamento para a União e, conseqüentemente, para os Municípios. Para isso, é necessário realizar uma reforma tributária”, afirmou.

Na área de Saúde, o seu plano de governo é repassar 15% da receita bruta da União para esta área. A responsabilidade não deve ser somente do Município, mas sim compartilhada, principalmente com a União.

Conjuntura Eleitoral

Pastor Everaldo, pré-candidato do PSC

“Defendemos uma reforma tributária e um verdadeiro pacto federativo”. A declaração foi feita pelo pré-candidato à presidência da República Pastor Everaldo, do Partido Social Cristão (PSC). Ele foi o segundo candidato a participar do debate dos presidenciais realizado no dia 14 de maio, durante a *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.

Em seu discurso, ele destacou o papel dos gestores municipais como agentes capazes de realizar mudanças e, ainda, lamentou as dificuldades enfrentadas nos Municípios. “É no Município onde as coisas acontecem. Então, esse Ente precisa ser valorizado”. O pré-candidato destacou, ainda, o aumento de responsabilidades transferidas aos Municípios.

Sobre o subfinanciamento dos programas federais, ele defendeu que a União deve ser responsável por arcar com essas iniciativas. “Hoje em dia, já são muitas as obrigações. E o governo federal é um verdadeiro vampiro”, destacou. “Se nós passamos responsabilidades, temos de repassar também os recursos, principalmente na área de Saúde”, defendeu.

Ao falar sobre as desonerações fiscais concedidas pelo governo com impactos no repasse de recursos para as administrações municipais, o pastor disse que os Municípios não podem ser penalizados em função dessas medidas, na medida em que quem sofrerá a consequência será o cidadão. “Foi um absurdo o que foi feito. Se quer fazer desoneração, que seja com a parte do governo federal. Não podemos de maneira nenhuma sacrificar os Municípios com essas medidas”, disse.

Ele lamentou o atual cenário de distribuição de recursos, no qual os gestores se tornam reféns de emendas e de repasses feitos pelo governo.



“O prefeito tem de ficar com o pires na mão para implorar recursos. E parece que quando vão fazer algo pelos Municípios estão fazendo um grande favor”, criticou.

Reforma tributária

“Hoje, lamentavelmente, todo o recurso é usado para pagar a folha salarial”, alertou. Pastor Everaldo lembrou os desequilíbrios em relação ao que cada Ente investe em áreas como Saúde e Educação. “Do orçamento da União em 2013, apenas 3,8% foram aplicados pelo governo em Educação. Enquanto isso, os Municípios são obrigados a aplicar no mínimo 25%.”

Para ele, a solução é ouvir a base, ou seja, os Municípios, a fim de se conhecer as demandas da população. “Defendo uma reforma de verdade

neste país, em que todos os Entes sejam envolvidos e ouvidos”, declarou Everaldo.

Plano de governo

O pré-candidato apresentou aos gestores municipais presentes o plano de governo de seu partido para a gestão do país. Ele disse que foi elaborada uma carta de princípios com três pontos: governança, poder nacional e qualidade de vida. O primeiro trata de questões relativas à eficiência administrativa; o segundo envolve a reestruturação das polícias e da diplomacia; e, por fim, a qualidade de vida engloba ações para a melhoria dos serviços públicos essenciais.

Conjuntura Eleitoral

Ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos, pré-candidato do PSB

O pré-candidato à Presidência da República Eduardo Campos (PSB/PE) participou na manhã da quarta-feira, 14 de maio, do debate dos presidenciáveis proposto pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, na XVII *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.

Campos foi o terceiro pré-candidato a participar da sabatina e respondeu a seis perguntas apresentadas por Ziulkoski em nome dos Municípios. Os questionamentos abordaram diversos temas: autonomia municipal, desonerações de impostos, contrapartidas de programas federais, pisos salariais e suas legislações, Educação, Saúde e plano de governo.

O ponto principal do discurso do pré-candidato foi a importância de estreitar a relação e o diálogo com os Municípios. De acordo com ele, a criação de conselhos e conferências servirá como o principal canais de diálogo na relação com os Municípios. “Eu tenho certeza de que o diálogo será uma marca do meu governo”, declarou.

Autonomia municipal

Como os demais pré-candidatos, Eduardo Campos falou sobre a questão da autonomia. Ele condenou a desoneração a custo dos Municípios, pois ele acredita que “não pode haver paralisação da máquina municipal”. Como forma de solucionar o problema, destacou ainda que pretende fazer inclusão de recursos na base do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O subfinanciamento de programas federais foi outro tópico comentado pelo ex-governador. Na opinião dele, é preciso reestabelecer o cofinanciamento dos programas onde há a participação



ativa do Estado e da União. Atualmente, o modelo federativo se constitui de uma transferência de responsabilidades onde a maior contrapartida é dos Municípios.

Pisos salariais

A respeito dos pisos salariais, hoje, uma grande dificuldade enfrentada pelos Municípios, o pré-candidato falou que: “é justo a criação do piso. O que não é justo é culpar o prefeito por não conseguir cumprir”. Campos é a favor da criação de um conselho nacional de responsabilidade fiscal. “Esse conselho vai revelar para onde vai o dinheiro”, explica.

O cofinanciamento das creches municipais foi o destaque na pergunta sobre Educação. De acordo com o ex-governador, “o dinheiro não dá

nem para construir a creche, imagina mantê-la”.

Saúde municipal

Ao ser questionado sobre saúde municipal, Campos apontou três passos centrais que devem ser priorizados para melhorar a qualidade da Saúde nos Entes municipais: prevenção, atenção básica e criação de consórcios de saúde.

Para finalizar o discurso, o pré-candidato falou sobre seu plano de governo e declarou duas prioridades: o estabelecimento do diálogo com os Municípios e o fortalecimento da autonomia municipal.

Presidenciáveis

Senador Aécio Neves, pré-candidato do PSDB



Ag. Lar/CNM

“Quero resgatar um compromisso feito por mim há muitos anos, que levou a apresentar minha primeira emenda à Constituição quando cheguei no Senado Federal – impedir que a União faça bondade com chapéu alheio”. Com esse discurso, o pré-candidato à presidência da República senador Aécio Neves (PSDB-MG) iniciou sua participação na *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, na manhã do dia 14 de maio. Nesse sentido, ele garantiu não criar nenhuma política que cause impacto nas finanças municipais sem definição de fonte para o custeio.

Durante respostas às perguntas formuladas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), o atual senador da República criticou o tratamento do governo federal aos prefeitos e vereadores do Brasil. Também condenou a política de governo e a classificou como concentradora e unitária. Além disso, repudiou os percentuais de gastos, princi-

palmente com a Saúde e a Educação. “O governo gasta muito e gasta mal. Por exemplo, 87% dos gastos com Segurança Pública são dos Estados e Municípios”.

“Quero resgatar com vocês um compromisso meu, a proposta impede que o governo federal faça favor com o recurso alheio, que a União faça a compensação com os recursos próprios”, destacou o candidato. Promessas de mudanças no pacto federativo, como, por exemplo, maior parte do bolo tributário para as prefeituras, também fizeram parte do discurso. “Nós temos de interromper a roda que gira só em torno da União, tem de rodar para a Federação”.

Novo pacto federativo

“Os Municípios brasileiros devem ter condição de se sustentar; por isso, precisamos de um

novo pacto federativo”, declarou Aécio. Sobre a política de desonerações fiscais para incentivo econômico – medida que contribui para a crise dos Municípios –, ele disse: “precisamos estabelecer regras, e regras claras, para a União. Quando, na discussão orçamentária, se estabelece uma nova receita, tem de estabelecer a despesa, se tem de garantir imediatamente a receita que vai pagar a nova receita. Isso não acontece em relação aos Municípios, as despesas se sucedem e, ao invés de garantir receita, elas são retiradas”.

Saúde e Educação também fizeram parte das perguntas feitas ao pré-candidato. Para essas duas áreas, Aécio garantiu não cometer o que ele chamou de ineficiência e incompetência em seu governo. E disse ser favorável à vinculação do percentual de 10% para aplicação da União em Saúde, conforme determina a Constituição e ocorre atualmente com os Estados e Municípios, que aplicam 12% e 15%, respectivamente, de suas receitas bases nas demandas da Saúde.

Lei para União

Também afirmou ser a favor da criação de uma lei de responsabilidade fiscal para a União, já que atualmente ela existe mesmo apenas para os Municípios e Estados. Aécio afirmou que, se eleito, irá instituir um comitê que funcione como meio de interlocução com os prefeitos. Nesse sentido, ele reafirmou: “que não haverá aumento de gastos e criação de novas receitas municipais sem que esse comitê aprove”. Ele finalizou: “vocês não vão mais marchar em Brasília, e sim o dinheiro irá marchar até seu Município”, foi assim que o senador Aécio Neves finalizou o evento dos presidenciáveis.

Congresso Nacional

Compromissos assumidos na rampa do Congresso

Milhares de gestores municipais foram recebidos na rampa do Congresso Nacional pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Durante rápida cerimônia, Alves prometeu que, até junho, os deputados votarão em plenário o aumento de 2% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Este item da Pauta Municipalista foi destaque nas palavras de ordem e gritos dos participantes. A recepção no Congresso é, anualmente, parte da programação da *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.

O Congresso estendeu um tapete vermelho para recepcionar os municipalistas. Houve um atraso por parte de Henrique Alves, mas nada que tenha tumultuado o evento. “Mais de três mil participantes estão aqui neste ato. Aqui estão prefeitos, prefeitas, vereadores do Brasil inteiro. Nós estamos aqui para apoiar, para pedir e, praticamente, exigir que a Câmara Federal vote imediatamente o aumento de 2% do FPM”, discursou o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

Ziulkoski agradeceu o “aspecto democrático” de condução dos trabalhos por parte do presidente da Câmara. E ressaltou: “aqui está o cidadão

brasileiro, que quer melhor Saúde, melhor Educação. Não podemos mais aceitar que nos sejam tirados mais de R\$ 70 bilhões em FPM, como foi recentemente. Sei que com a determinação de vossa excelência isso será constituído”.

A promessa de Alves – Antes de falar sobre a elevação do FPM, Henrique Alves elogiou a organização e a força do movimento. “Quero dizer aos senhores que de novo vocês surpreendem. Ontem fizeram o maior encontro fechado de que já participei. E, hoje, mesmo em baixo deste sol, vocês inovam. É uma das mais bonitas e expressivas manifestações que esta Casa testemunha. Estão todos de forma pacífica e respeitosa. De forma guerreira, lutando pelos Municípios brasileiros”.

Em relação à Comissão Especial, responsável por apreciar o projeto, Alves disse que trabalha para que os integrantes façam o mínimo de reu-



Ag. Laric/CNM

niões exigidas pelo regimento interno da Câmara: 10 sessões. “Hoje mesmo falei com o presidente da Comissão e o relator. Não vamos esperar até 40 sessões. Vou me empenhar pessoalmente para que em junho aprovem a PEC justíssima dos 2%. Irresponsabilidade e inconseqüência é os Municípios ficarem à mingua”.

Entrada no Congresso – Após discursar, Henrique Alves convidou os milhares de participantes da *Marcha* para entrarem no Congresso. O grupo, ainda gritando palavras de ordem, se reuniu no Salão Verde e depois seguiu para o Auditório Petrônio Portela, no Senado Federal, e para reuniões de bancadas estaduais.

Prefeitos demonstram indignação

Milhares de prefeitos se reuniram na rampa do Congresso Nacional entoando palavras de ordem como “vota dois por cento para não perder o assento”. Depois eles aguardaram ser recebidos pelo presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves.

O prefeito de Hidrolândia (GO), Paulo Sérgio, considerou o evento bom, mas ainda acha necessário ter mais ação. “Os prefeitos querem decisões mais rápidas. Que o governo tenha dó de onde vivem os cidadãos”, se indigna o gestor.

Já a prefeita de Volta Grande (MG), Eliana

Quintão, afirmou que as expectativas em relação à aprovação dos 2% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) são as maiores possíveis. “Eu não saio daqui sem respostas para os cidadãos”, afirma a prefeita.

“A experiência tem me mostrado que é necessário haver uma mobilização permanente. Os compromissos já foram quebrados antes. Só o resultado da luta vai aumentar o fortalecimento dos Municípios”, diz o prefeito de Afonso Bezerra (RN), Jackson Bezerra.



O Município de Trizidela do Vale, no Maranhão, foi representado por uma comitiva com prefeito, vice-prefeito e vários vereadores. O vereador Adoniran Judson Acirlei acredita no aumento do FPM para melhorar as áreas de Educação, Saúde e Infraestrutura.

Registros

A XVII Marcha vista pelas lentes dos fotógrafos





Congresso Nacional

Câmara instala Comissão do aumento do FPM

O aumento em 2% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é um dos itens prioritários da pauta municipalista liderada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), especialmente em decorrência da crescente redução dos repasses e do aumento de atribuições transferidas às administrações municipais. O avanço na tramitação da matéria na Câmara dos Deputados foi uma das grandes conquistas da *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.

No dia 14, o presidente da Casa, deputado Henrique Alves (PMDB-RN), instalou a comissão especial que vai analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 406-A/2009. O presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski, participou da sessão. Henrique Alves pediu pessoalmente para que os deputados aprove o texto até junho, antes das eleições presidenciais. Nesse sentido, ele solicitou ao colegiado que a matéria seja analisada em dez sessões, e não nas 40 previstas.

Durante a instalação, os deputados escolheram o deputado João Maia (PR-RN) como presidente. Já a relatoria ficará com o deputado Danilo Forte (PMDB-CE). O presidente da comissão destacou que, seguindo a solicitação feita pelo presidente da Casa, o projeto será analisado o mais rápido possível. “O prazo para apresentar emendas à PEC é de dez sessões. No 11º dia, estaremos prontos para acatar e votar o relatório”, disse João Maia. “O nosso compromisso é votar o mais rápido possível”, complementou Fortes.

João Maia disse que entende os anseios dos Municípios e o difícil momento pelo qual estão passando. “Eu tenho o interesse que a gente possa chegar rapidamente a um consenso útil aos Mu-



Ag. CNM

nicipios e aos cidadãos de todo o Brasil”, ressaltou.

A declaração foi reforçada pelo relator da matéria. “A responsabilidade que nos cabe é muito grande. É nas cidades que se conhecem as demandas da sociedade”. Forte também criticou o atual pacto federativo brasileiro. “A lógica dos recursos do Brasil é muito perverso em relação aos Municípios. Precisamos buscar romper as barreiras que afetam esses avanços”, frisou.

Congresso Nacional

Bancadas discutem pauta municipalista

Prefeitos e parlamentares de todo o Brasil estiveram reunidos para a realização das bancadas estaduais, no final da tarde de quarta-feira, 14 de maio. Os eventos aconteceram simultaneamente nas duas casas, Senado e Câmara, e tinham como objetivo expor aos deputados e senadores as pautas de cada Estado.

A bancada do Rio Grande do Norte foi uma das mais movimentadas. A reunião contou com a presença de diversos gestores e congressistas. Dentre eles, o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Os ânimos estavam exaltados com a falta de comprometimento das autoridades em meio à falência financeira dos Municípios. “É melhor um bom acordo que uma briga que a gente não sabe se vai ganhar”, afirmou o deputado para seus conterrâneos.

O auditório lotado marcou a bancada do Paraná. O prefeito de Pitangueiras (PR), Antônio Kolachinski, desabafou que os Municípios pequenos, como o dele, dependem de mais arrecadação. O aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) deve ajudar a complementar os gastos em saúde e educação. “Converso sempre com o meu deputado para que ele lute e trabalhe por isso”, finaliza o gestor.

Durante a reunião do Estado de São Paulo, o presidente da bancada, Celso Giglio, destacou pontos importantes da pauta municipalista. Dentre eles, a reformulação do pacto federativo e o aumento da autonomia municipal. “Uma decisão imposta de cima para baixo coloca o prefeito em uma situação impraticável. Ou ele cumpre a LRF ou honra com o aumento dos pisos salariais”,

diz Giglio sobre o constante impasse vivenciado pelos prefeitos a respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tensão e desapontamento – Entretanto, nem todas as reuniões foram tranquilas. O clima foi polêmico na bancada de Pernambuco. O deputado Silvio Costa pediu calma aos gestores municipais quanto ao aumento dos dois pontos percentuais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). “Não dá para pressionar o governo pedindo dinheiro. Temos de escolher priorizar”, ressaltou Costa. Os prefeitos não pareceram concordar e criticaram, também, a ausência da presidente Dilma Rousseff na *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. “Quem não faz coisa errada, não se esconde”, cutucou o prefeito Nicodemos Ferreira de Barros, de Feira Nova (PE).

Fórum de debate

Fórum analisa temas polêmicos

Como parte da programação do segundo dia da *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, foi realizado o *V Fórum de Contadores* da CNM. O objetivo da iniciativa era debater as mudanças nas normas nacionais em contabilidade e seu impacto para os Entes municipais.

Foram convidados a palestrar o coordenador-geral de normas de contabilidade (Confi), Leonardo Silveira do Nascimento, e o secretário-executivo da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI/SC), José Rafael Corrêa. O evento contou, ainda, com a participação do vice-presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Aécio Dantas.

Dentre os principais assuntos abordados, destaque para o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcasp) e a implantação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). As prefeituras de todo o Brasil têm até o final de 2014 para colocar em prática a prestação de contas no novo sistema. De acordo com a pesquisa realizada pela CNM, quase metade dos Municípios (39%) ainda está em fase de migração do Pcasp. E cerca de 20% não conseguirá implantar o Plano neste ano.

No intuito de auxiliar os gestores nessa fase de transição de sistemas, os técnicos de contabilidade municipal da Confederação Nacional de Municípios (CNM) apresentaram aos participantes a Nova Cartilha de Contabilidade Municipal.

Outro momento importante foi a fala da contadora e prefeita Laíse Krusser,



Ag. Larri/CNM

de Encruzilhada do Sul (RS), no fórum. A gestora, que prestigiou o evento, comentou com os presentes as práticas realizadas pelo seu Município na área de contabilidade e compartilhou sugestões de ações para auxiliar os demais gestores.

Leonardo Silveira, representante da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), explicou sobre a necessidade de difundir as novas normas para aplicação dos Municípios. Segundo ele, “o desafio agora é esse: começar a implantar as normas. Por isso, valorizamos iniciativas como essa da CNM. Temos de abrir espaço para discussão”.

Fórum de debate

Seca do Nordeste na pauta

Na quinta-feira, 15 de maio, ocorreu o *II Fórum Seca no Nordeste* na *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, evento organizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). A mesa foi composta pelo representante da Presidência da República, Coronel José Wilson Pereira, o presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota, o presidente da Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (Fames), Antônio Fernandes Rodrigues Santos, e o prefeito de Cumaru (PE), Eduardo Tabosa.

O objetivo era sair da reunião com um relatório para que os Municípios conseguissem gerenciar a seca. Por mais de duas horas, os gestores municipais se revezaram para explicar e, sobretudo, expor as dificuldades de suas regiões.

Segundo o Coronel, o governo tenta buscar soluções emergenciais e estruturais, mas, infelizmente, não consegue responder a todas as demandas. No último relatório divulgado sobre a seca, 1.519 Municípios estavam em Situação de Emergência, afetando mais de 10 milhões de habitantes.

Antônio Santos sugeriu incluir nas ações de governo a construção de grandes e médias barragens para consumo de água e também para a criação de peixes e camarão.



Ag. Larri/CNM

Outra prefeita a participar do evento, a gestora de Monte Horebe (PB), Cláudia Dias, desabafou informando que desde janeiro os Municípios da Paraíba não recebem mais repasses para utilização dos carros-pipa. “Não adianta enviar cisternas já que não tem água para encher”, acrescentou a prefeita. Entre outras reclamações recorrentes, estava o excesso de burocracia por parte do governo.

Fórum de debate

Cidades Históricas em debate

Foi realizada, no dia 15 de maio, durante a *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, a segunda edição do *Fórum das Cidades Históricas do Brasil*. Para o consultor da Confederação Nacional de Municípios (CNM), a iniciativa é um importante passo para que sejam valorizadas as cidades históricas brasileiras, bem como aquelas localizadas na região do entorno.

O diretor do PAC Cidades Históricas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Robson Almeida, destacou a importância da iniciativa. “É muito gratificante participar desse projeto e ver os avanços que já foram obtidos”, disse.

O prefeito de Olinda (PE), Renildo Calheiros, ressaltou que esses Municípios devem se unir a fim de fortalecer as ações. “Temos de buscar uma integração cada vez maior entre as cidades para criar uma agenda e uma plataforma na busca de políticas públicas que tenham coerência com os nossos objetivos”, frisou.

Ele destacou, ainda, que as cidades históricas, apesar de possuírem características e demandas diferentes, necessitam igualmente de recursos. “Têm situações diferentes, mas todas elas carecem de recursos. Até porque muitas saíram do eixo econômico do país”, falou Calheiros.

A diretora substituta da Embratur, Delma Andrade, falou sobre o anda-



Ag. Lar/CNM

mento do projeto de promoção das cidades que detêm patrimônio cultural: Salvador (BA); Brasília (DF); Cidade de Goiás (GO); Olinda (PE); São Luís (MA); Diamantina (MG); Ouro Preto (MG); Congonhas (MG); São Raimundo Nonato (PI); São Miguel das Missões (RS); São Cristóvão (SE); e Rio de Janeiro (RJ).

Segundo ela, estão sendo desenvolvidas ações para valorizar essas cidades no cenário internacional. Entre elas, a filmagem desses Municípios; a elaboração de material publicitário de cada; a edição de um livro. Além disso, Delma falou que será realizada a Semana do Brasil na França.

Fórum de debate

Vereadores avaliam municipalismo

O *IX Fórum Permanente de Vereadores* reuniu centenas de representantes do legislativo municipal. A pauta de reivindicação municipalista foi um dos assuntos debatidos, além de discutirem municipalização do trânsito, reforma eleitoral e demais projetos de interesse dos Municípios.

Os presidentes da Associação Brasileira de Câmaras Municipais (Abracam), Rogério Rodrigues da Silva, e da União dos Vereadores do Brasil (UVB), Gilson Conzatti, participaram do encontro. Na ocasião, o coordenador dos trabalhos, Tuta Rebelato, destacou o reconhecimento da participação dos vereadores na *Marcha* e no movimento municipalista.

“A cada ano, com a oportunidade que a CNM oferece para os vereadores, vem aumentando o número de vereadores presentes. E nós estamos buscando soluções para os problemas que ficaram lá no Município. Na minha visão, é o movimento mais importante do Brasil”, disse Rebelato.

Anualmente, os vereadores promovem o *Fórum* durante a *Marcha*. Sempre com o auditório lotado, os parlamentares municipais pautam te-



Ag. Lar/CNM

mas que vão ao encontro da realidade das Câmaras Legislativas, da população e das gestões municipais.

Segundo o presidente da Abracam, o fórum é uma forma de contribuir para a valorização dos vereadores.

Arenas Técnicas

Arena Técnica, inovação na XVII Marcha

As Arenas Técnicas, novidade na *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, começaram já na abertura do evento, no dia 13 de maio. Gestores municipais assistiram e, principalmente, interagiram com técnicos de várias áreas. A cada 30 minutos, as áreas se revezavam nas apresentações.

Técnicos da Confederação Nacional de Municípios (CNM) das áreas de Finanças, Saúde, Educação, Saneamento, Internacional, Agricultura, Assistência Social, Meio Ambiente e o portal CidadeCompras tiveram espaço para dialogar com gestores municipais na Arena.

Na área de **Finanças**, a Confederação apresentou alternativas para melhoria da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), já que os Municípios precisam cada vez mais ser eficientes para conseguir escapar da crise. O prefeito Alessandro Calazans (Nilópolis, RJ) parabenizou a exposição que o ajudou a tirar dúvidas importantes sobre como recolher melhor os recursos.

O técnico de **Saúde** da CNM alertou os que estavam presentes sobre o financiamento da Saúde e como os Municípios devem investir e aplicar os recursos federais destinados à área.

Quanto à **Educação**, foram apresentados dados sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e acerca das polêmicas sobre a lei do piso do magistério. Um dos problemas é que o piso foi reajustado acima da inflação.

A apresentação do **Saneamento** focou na realização do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), levando em conta que apenas 30% dos Municípios elaboraram o plano. Segundo a área técnica, quanto mais recursos aplicados no saneamento, menos se gasta em saúde. Segundo o prefeito de Espigão d'Oeste (RO), Célio Silveira, este tipo de evento é muito importante para aprimorar os conhecimentos e essencial por causa dos prazos exíguos dos planos.

Os técnicos da área **Internacional** informaram aos gestores sobre o novo projeto da CNM com a União Europeia. Nele, serão contemplados dois grupos de Municípios, cada grupo com três a cinco integrantes. O objetivo é incentivar a redução de todas as formas de violência contra as mulheres. A área de Internacional falou ainda sobre a participação da CNM nos eventos internacionais e a agenda internacional para o restante do ano.

Meio Ambiente também teve espaço, e o principal assunto foi a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente. O técnico falou aos participantes sobre a importância do Conselho para exercer as atividades de fiscalização e



Ag. Lar/CNM

monitoramento da legislação. Um assunto que foi bem questionado pelos ouvintes da Arena foram os prazos para o fechamento dos lixões nos Municípios.

A área de **Assistência Social** explicou sobre direitos sociais, o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e a manutenção do Fundo Nacional de Assistência Social (Fnas). Além dos pisos e financiamentos para a Assistência.

A coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (Creas) do Município de Orocó (PE), Lívia Araújo, participou da palestra da Arena e aprovou a iniciativa da CNM. "A área de Assistência Social precisa de mais atenção, e esta apresentação é muito importante, fiquei a par de prazos importantes e vou levar muitas informações para Orocó", destacou.

O Portal **CidadeCompras**, sistema de licitações, abordou a importância do Portal para os Municípios em relação à realização de processos licitatórios por meio de pregões eletrônicos e presenciais. As leis e os decretos para esses processos também foram explicados na Arena.

O **Observatório do Crack** e **Habitação** encerraram as Arenas ao final do evento, no dia 15 de maio.

Gestão Pública Municipal

Dez Municípios premiados no IRFS



Os dez Municípios que obtiveram os melhores resultados no Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS) receberam o prêmio do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, durante o encerramento da *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, no dia 15 de maio.

Criada pela CNM, a premiação está em sua 5ª edição. Ele se tornou um instrumento para disseminar a cultura da responsabilidade fiscal associada à responsabilidade social. Por meio de parâmetro simples e, ao mesmo tempo, amplo de avaliação das administrações municipais, o Índice reflete o desempenho das prefeituras nas áreas Fiscal, Social e Gestão.

Os dados analisados nessa edição do estudo da CNM são de 2012, uma vez que esses são os últimos balanços disponibilizados de informações prestadas pelas prefeituras. O Índice é calculado por meio de três subíndices compostos por outros 16 índices específicos. A partir de informações prestadas pelas próprias prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a outros órgãos oficiais, como o Sistema Único de Saúde do Brasil (Data-sus) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).



Ag. Lar/CNM

De acordo com o estudo, no geral, os Municípios têm melhorado a arrecadação própria ao longo dos anos. Esse fator tem contribuído para a melhora da administração dos recursos municipais e a melhora da provisão de serviços. Apesar de nesta edição as áreas de gestão e a social terem apresentado melhora, a fiscal a apresentou uma queda acentuada – e ficou abaixo de 0,500, com 0,489.

O presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski, esclarece: “o ano de 2012 foi o quarto e último de mandato dos prefeitos e houve grandes dificuldades relacionadas a recursos financeiros e aos convênios celebrados com a União”. Dos subíndices avaliados no aspecto fiscal, o endividamento, o superávit primário e a suficiência de caixa tive-

ram resultados piores que os de 2011, e a despesa de pessoal se expandiu.

Mesmo com o aperfeiçoamento, o índice gestão em 2012 teve o pior desempenho, se comparado a 2002, que foi a base de dados do primeiro Estado. Com isso, Ziulkoski aponta que o grande desafio dos Municípios é ampliar a capacidade de investimento e restabelecer o papel dos Municípios no investimento em infraestrutura. Para ele, esse desafio aumenta de acordo com as necessidades de contratação de pessoal para atender às crescentes responsabilidades nas áreas sociais, o que reduz o espaço fiscal em conjunto com as restrições de financiamento.

Os Municípios que receberam o prêmio foram:

- 1º – São José do Hortêncio (RS) – *Clóvis Luiz Schaeffer*
- 2º – Vila Flores (RS) – *Jair Pedro Morello*
- 3º – Presidente Kennedy (ES) – *Amanda Quinta Rangel*
- 4º – Ivorá (RS) – *José Fernando Marin*
- 5º – Sul Brasil (SC) – *Eder Ivan Marmitt*
- 6º – Caseiros (RS) – *Dartanhã Luiz Vecchi*
- 7º – Pinhal Grande (RS) – *Selmar Roque Durigon*
- 8º – Bilac (SP) – *José Roberto Rebelato*
- 9º – Alecrim (RS) – *Nercir José Ames*
- 10º – Heliadora (MG) – *Ercílio Confort Lorena*

Homenagens às mulheres marcam o encerramento da XVII Marcha

A cada ano tem crescido a atuação de mulheres como gestoras no municipalismo brasileiro. Como forma de parabenizá-las por uma ótima atuação, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) promoveu, no encerramento da *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, no dia 15 de maio, uma homenagem às mulheres protagonistas na gestão local de 2014.

As homenageadas foram: a prefeita de Monteiro Lobato (SP), Daniela Santos; a vereadora de

Peixes (TO), Rosane Fortes; a primeira-dama de Caaporã (PB), Ivanilda Soares; e a presidente da Associação Rondoniense de Municípios (Arom) e prefeita do Município de Jarú (RO), Sônia Cardoso.

Dalva Chistofoletti foi homenageada pela liderança ao longo dos 60 anos de atuação no movimento municipalista. A última



Ag. Lar/CNM

a receber a homenagem foi a primeira-dama da CNM, Tânia Ziulkoski.

Ministro

Ministro reconhece trabalho na educação

Durante a *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, os prefeitos e os demais participantes assistiram às respostas do ministro da Educação, Henrique Paim, às perguntas que dizem respeito ao dia a dia na gestão municipal. Paim discursou sobre a valorização dos professores e os programas federais da área, mas não indicou formas para diminuir a burocracia e resolver os problemas do setor apontados pelo movimento municipalista.

O presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Romeu Caputo, acompanhou o ministro. A maioria das perguntas dos gestores eram referentes às obras paralisadas por problemas em mandatos anteriores. Caputo e Paim disseram que as questões são bem específicas, mas há interesse do governo em resolvê-las. Para isso, indicaram que os prefeitos procurassem atendimento do FNDE.

Henrique Paim reconheceu que é preciso discutir com o Parlamento o



Ag. Lar/CNM

pagamento de obras paralisadas – para que sejam concluídas. “É preciso rever algumas regras e é, talvez, uma ação a ser feita junto ao Congresso”.

Programas e Fundeb – Em relação aos programas federais, o ministro defendeu avanços ao longo dos anos, mas reconheceu que o governo federal pode melhorar os valores repassados. “Eu acho que gradativamente podemos avançar mais. Somos favoráveis sim”. Especificamente sobre a complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Paim também sugere uma rediscussão no Congresso Nacional.

O ministro agradeceu o espaço de diálogo com os Municípios e pediu para que ele seja mantido. “Nós queremos apostar nesta parceria, pois sabemos que o MEC apoia, mas são os secretários municipais que podem mudar a Educação neste país.”

O ministro agradeceu o espaço de diálogo com os Municípios e pediu para que ele seja mantido. “Nós queremos apostar nesta parceria, pois sabemos que o MEC apoia, mas são os secretários municipais que podem mudar a Educação neste país.”

Plenária

Espaço dá detalhes sobre a crise financeira

Os gestores municipais presentes à *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* ganharam espaço para tirar dúvida e falar sobre a crise enfrentada em seus Municípios na tarde do dia 13 de maio. Eles tiraram dúvidas junto ao presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e representantes da diretoria da entidade.

Ao discursarem, muitos prefeitos lamentaram a ausência da presidente da República, Dilma Rousseff, e de outros representantes do governo federal. Eles também criticaram o número pequeno de parlamentares presentes ao evento. “Infelizmente, outros interesses, maiores do que os dos Municípios brasileiros, prevalecem”, falou o prefeito de Afonso Bezerra (RN), Jacson Bezerra.

“O governo virou as costas para todo o País, para toda a sociedade brasileira. O Congresso não

tem de defender esse ou aquele governo, mas sim a sociedade”, defendeu o prefeito de Dona Euzébia (MG), Itamar Toledo.

A prefeita de Ribeirão Preto (SP), Dárcy Vera, criticou o fato de que os prefeitos são facilmente punidos por improbidade administrativa. “O Ministério Público está dando espaço para palanque eleitoral”, disse.

“Os Estados reduziram os repasses, a União também e, por outro lado, os gastos só aumentaram”, alertou o gestor municipal de Porto Xavier (RS), Paulo Sommer. Ele citou como exemplo o programa federal em que o Município recebe R\$ 6 mil e gasta R\$ 200 mil.

Bancada federal – “O presidente da CNM tem razão quando diz que o Executivo só faz porque o Legislativo deixa”, destacou Silma Carvalho,

prefeita de Mucururé (BA). Os gestores ressaltaram a necessidade de os prefeitos solicitarem aos deputados e aos senadores interesse e compromisso com a pauta municipalista.

A reunião de bancada fez parte da programação do dia 14 de maio da *Marcha*. Paulo Ziulkoski destacou a necessidade de os gestores valorizarem os parlamentares que defendem a pauta municipalista.

Conquistas – Ao final, Ziulkoski falou aos participantes sobre o papel da entidade e destacou as principais conquistas obtidas com a *Marcha*. Entre eles, o Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM), o 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Exportação (FEX). “Já foram mais de R\$ 274 bilhões obtidos com a nossa mobilização na *Marcha*”, ressaltou.

Encerramento

Carta da XVII Marcha esclarece crise

A XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios foi encerrada no dia 15 de maio com a leitura e a aprovação da Carta do evento. Na carta, os mais de cinco mil municipalistas presentes ao evento reforçaram as reivindicações dos Municípios encaminhadas aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos pré-candidatos à presidência da República.

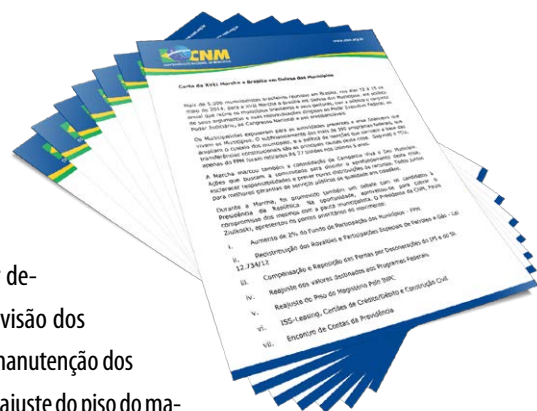
Os gestores expuseram a crise financeira enfrentada pelos Municípios e falaram sobre as consequências do subfinanciamento dos mais de 390 programas federais. A Carta também destaca que o principal motivo da atual situação financeira das administrações municipais é a política de isenções fiscais do governo, que acarreta a redução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). “Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), apenas do FPM foram retirados R\$ 77 bilhões nos últimos cinco anos”, alerta o documento. A Marcha também marcou a consolidação da campanha liderada pela CNM Viva o seu Município. “Ações que buscam a comunidade para discutir o aprofundamento desta crise, esclarecer responsabilidades e prever novas distribuições de recursos”, explica o documento. A campanha paralisou as atividades de quase duas mil prefeituras de todo o país no dia 11 de abril com o objetivo de mostrar à população os motivos e os efeitos da crise.

Pauta municipalista – As reivindicações dos gestores foram expostas durante todos os momentos do evento. Aos candidatos à presidência da República, os municipalistas cobraram o compromisso com a valorização da pauta mu-

nicipalista. Os pontos prioritários foram: aumento do FPM; redistribuição dos royalties; compensações pelas perdas por desonerações fiscais; revisão dos valores repassados à manutenção dos programas federais; reajuste do piso do magistério; atualização da lei que trata do Imposto Sobre Serviços (ISS); e encontro de contas da Previdência.

Conquistas – Entre os principais avanços obtidos na Marcha, a Carta destaca a instalação na Câmara dos Deputados da comissão especial destinada a analisar a proposta que aumenta o Fundo em 2%, com a votação do texto no mínimo de sessões regimental; a inclusão na ordem do dia do Supremo Tribunal Federal (STF) da apreciação da liminar concedida pela ministra do Cármen Lúcia na ação que trata dos royalties; e a responsabilização da União em relação ao financiamento dos pisos das categorias, com o pagamento total do benefício.

Fortalecimento do movimento – Por fim, o documento destaca o reconhecimento da Marcha a Brasília como instrumento de importantes avanços para os Municípios e a importância de fortalecimento dessa mobilização.



Convênio CNM e Sebrae

Artigos que estimulam sustentabilidade de pequenas empresas são premiados

A premiação do II Concurso de Artigos de Estímulos à Sustentabilidade de Micro e Pequenas Empresas ocorreu na manhã do dia 15 de maio, durante a XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. A iniciativa reúne e divulga os Municípios que estimulam um comportamento sustentável das pequenas empresas.

Os premiados foram autores vinculados às prefeituras. O primeiro lugar foi para Altair Toniolo, de Lençóis Paulista (SP), ganhador de R\$ 5 mil. A segun-

da colocação foi para Camila Sousa, de Mariana (MG), com prêmio de R\$ 3 mil. E o terceiro lugar foi de Maria da Conceição Cesco, de Bandeirantes (PR), ganhadora de R\$ 1 mil.

O concurso faz parte da parceria entre a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A íntegra dos artigos serão expostas na internet, para servir de exemplo para outros Municípios brasileiros.



Ag. Lar/CNM

Encontro com Dilma

Ziulkoski e lideranças entregam pauta à Dilma

A Carta da *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* e a Pauta Municipalista foram entregues à presidente da República, Dilma Rousseff, no último dia do encontro, 15 de maio. Após o encerramento da *Marcha*, a convite de Dilma, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e representantes regionais foram recebidos no Palácio do Planalto.

O grupo era composto pelos presidentes da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), Luiz Sorvos; da Federação Goiana dos Municípios (FGM), Divino Alexandre; da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn), Benes Leocádio; da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), Jorge Dantas; e da Associação Rondoniense de Municípios (Arom), Sônia Cordeiro.

Além da presidente Dilma, estavam na reunião os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Casa Civil, Aloísio Mercadante. De acordo com Ziulkoski, os principais itens da Pauta Municipalista foram apresentados na reunião. Com ênfase para duas questões: a necessidade de uma Lei Complementar para regular o novo Imposto Sobre Serviços (ISS) e a elevação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 2%.

Negociações – Em relação ao ISS, por determinação da presidente Dilma, “Mantega se encarregou de estudar com mais profundidade”, contou Paulo Ziulkoski. Sobre o FPM, “fizemos uma avaliação bastante grande com



total a conjuntura”.

Estes dois temas compõem a pauta prioritária da *XVII Marcha*, formada por outros quatro itens: Encontro de Contas de débitos previdenciários; apreciação de liminar dos *royalties* de petróleo; que as desconexões do governo não impactem os cofres municipais; e os pisos salariais de diversas categorias.

Não houve por parte do governo nenhuma posição de veto às propostas apresentadas.



Palácio do Planalto

Royalties

PGR opina pela constitucionalidade dos novos critérios de distribuição dos *royalties*

A nova distribuição dos recursos dos *royalties* entre Estados e Municípios, previstos na Lei 12.734/2012, é uma das principais reivindicações do movimento municipalista liderado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Confirmando a expectativa do presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou parecer opinando pela constitucionalidade da Lei.

“A liminar da ministra Cármen Lúcia suspendeu os repasses, e o prejuízo foi de R\$ 8 bilhões para os Estados e os Municípios”, falou Ziulkoski durante a *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. Ele também destacou que, apesar de a liminar ter completado um ano em março, houve avanços positivos nos últimos meses.

Em manifestação de 58 páginas, Janot sustenta que a Lei 12.734/2012 estabelece “uma política pública mais afinada com a socialidade que deve nortear os contratos e os negócios, além de mostrar maior reverência ao objetivo fundamental da República no interesse de ver reduzidas as desigualdades sócias e regionais”.

Histórico de luta – Durante trechos de seu parecer, Janot relata o trabalho desenvolvido pela CNM nas ações diretas de inconstitucionalidade, registrando a manifestação da entidade, os memoriais juntados, bem como o requerimento de celeridade na apreciação pelo plenário da liminar concedida.

A Confederação atuou de forma decisiva na construção da proposta que deu origem à Lei 12.734/2012. Para a entidade, o texto original aprovado no Congresso Nacional realiza uma justa distribuição de recursos que, em última análise, pertencem ao Brasil.

No entanto, após a luta para aprovação da matéria pelos parlamentares, os governadores do Estado do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de São Paulo, bem como a mesa diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ingressaram com ações diretas de inconstitucionalidade contra a Lei.

As ações foram protocolizadas no dia 15 de março de 2013, e a ministra Cármen Lúcia assumiu a relatoria das ações. Já no dia 18 de março, a magistrada deferiu, em decisão monocrática, a liminar requerida pelo Estado do Rio de Janeiro determinando a suspensão da nova sistemática de distribuição dos recursos dos *royalties*.

Diante desse cenário, no dia 28 de março do mesmo ano, a CNM ingressou com pedido de habilitação como “amicus curiae”, ou seja, “amigo da corte”, nas ações que questionam a constitucionalidade da Lei. O despacho da ministra admitindo a CNM foi publicado em 9 de agosto de 2013.

Na conclusão do parecer, o procurador-geral solicita a imediata submissão do processo a Plenário, no mesmo sentido da solicitação da CNM de 6 de agosto de 2013, opinando pela constitucionalidade das novas regras de distribuição dos *royalties* e participações especiais.

Além do procurador-geral da República, a Confederação também se reuniu com a Advocacia-Geral da União (AGU) para manifestar a posição dos Municípios. No dia 28 de abril, a Confederação protocolou ofício no gabinete da ministra Cármen Lúcia com o pedido para que o tema fosse colocado na pauta.

No dia 9 de maio, a ministra Cármen Lúcia determinou a inclusão, na pauta do Plenário, da ação que contesta a nova lei de distribuição dos *royalties*. Apesar de não haver data para a apreciação dos ministros em Plenário, a expectativa da CNM é a de que isso ocorra ainda nas próximas semanas.



Ag. Janot/CNM

Para a Confederação, o reconhecimento por parte do procurador-geral representa uma grande vitória para os Municípios, uma vez que respalda o trabalho desenvolvido pela CNM e pelo Congresso Nacional na construção de um projeto que objetiva a redução das desigualdades regionais.

A entidade destaca, entretanto, que, apesar da manifestação positiva à pauta municipalista, Janot opinou pelo parcial provimento da ação apenas na parte que trata da aplicabilidade imediata dos dispositivos referentes aos critérios de distribuição. Ele justificou a manifestação com base no princípio da programação e do equilíbrio orçamentário dos Entes afetados. Nesse sentido, o procurador-geral defendeu que as alterações propostas sejam aplicadas somente a partir do exercício financeiro de 2016, último ano de mandato dos atuais gestores municipais.